



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681344 - SP (2021/0226473-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : **DANILO ALVES SILVA JUNIOR**
ADVOGADO : **DANILO ALVES SILVA JUNIOR - SP436603**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **GRACIELA RAMALLO ARNEZ (PRESO)**
CORRÉU : **JORGE BARRON CERVANTES**
CORRÉU : **MARTHA SIRPA DE CASTRO**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GRACIELA RAMALLO ARNEZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500607-31.2019.8.26.0047).

A paciente foi condenada às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 583 dias-multa, como incursa no art. 33, c/c o art. 40, inciso V, ambos da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que não haveria provas da traficância, razão pela qual a ré deveria ser absolvida, em homenagem ao princípio do *in dubio pro reo*.

Alega que a acusada faria jus à causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Afirma que, com a redução da sanção, o regime de cumprimento da reprimenda reclusiva deveria ser abrandado para o aberto.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade à paciente, substituindo-se a sua prisão por medidas cautelares diversas e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja absolvida ou, subsidiariamente, para que a sanção seja reduzida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A constatação da ausência de provas em desfavor da paciente demanda reexame fático-probatório, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO INVIÁVEL. [...] AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Inicialmente, relembro que o habeas corpus não é a via adequada para apreciar pedido de absolvição, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias de origem, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e das provas constantes dos autos, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio

constitucional, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.

2. As instâncias ordinárias embasaram a condenação do paciente em elementos fáticos e probatórios concretos, os quais, detidamente examinados em primeiro e segundo graus de jurisdição, conduziram à conclusão de que o réu praticou o crime de associação para o tráfico juntamente com o corréu Felipe, de maneira estável e duradoura.

Assim, desconstituir tal entendimento, para absolver o paciente, implicaria aprofundado reexame dos fatos e provas carreados aos autos, procedimento que é incompatível com a via estreita do habeas corpus.

[...]

6. Agravo desprovido

(AgRg no HC 667.353/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 25/06/2021)

Ademais, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

No caso, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a negativa de aplicação da causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da tutela de urgência (e-STJ fl. 95):

Em seguida, não era mesmo hipótese de aplicação da regra prevista no art. 33, §4º, da Lei de Drogas, uma vez que aquele que transporta tamanha quantidade de entorpecente, de valor incalculável, e capaz de atingir número indeterminado de pessoas, está envolvido na atividade ilícita e integra grupo organizado para essa finalidade, sem que seja, portanto, merecedor do favor legal.

Até porque, o benefício legal é reservado para os pequenos traficantes, aqueles eventuais, chamados de “primeira viagem”, jamais atingir alguém que, como os acusados, transportam mais de 26 quilos de cocaína entre dois Estados da Federação, o que indica o envolvimento em ações organizadas e de grandes proporções.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência